



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

THAMIRIZ DA SILVA CAVALCANTI

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA IMPLANTAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.**

São Gonçalo

2012

THAMIRIZ DA SILVA CAVALCANTI

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA IMPLANTAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. EVELINE BERTINO ALGEBAILÉ

MONOGRAFIA APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
COMO REQUISITO PARA A
CONCLUSÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA
PLENA EM PEDAGOGIA.

São Gonçalo

2012

THAMIRIZ DA SILVA CAVALCANTI

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E SUA IMPLANTAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

MONOGRAFIA APRESENTADA AO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
COMO REQUISITO PARA A
CONCLUSÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA
PLENA EM PEDAGOGIA.

APROVADA EM: _____ / _____ / _____

ORIENTADORA: _____

Prof^a. Dr^a. Eveline Bertino Algebaile
Faculdade de Formação de Professores/UERJ

PARECERISTA: _____

Prof^a. Dr^a Lúcia Velloso Maurício
Faculdade de Formação de Professores/UERJ

São Gonçalo

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

C376 Cavalcanti, Thamiriz da Silva.

O Programa Mais Educação e sua implantação no município de São Gonçalo. / Thamiriz da Silva Cavalcanti. – 2012.

56f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eveline Bertino Algebaile.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação – São Gonçalo (RJ). 2. Políticas públicas. 3. Educação integral. I. Algebaile, Eveline Bertino. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 37(815.3)

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, José Luiz e Wilma, por todo o amor, carinho, dedicação e incentivo. Os agradeço pela escolha de investir na nossa educação, pois deixaram de realizar os seus sonhos para proporcionar uma formação de qualidade aos seus filhos.

E ao meu irmão, que apesar das implicâncias quanto a minha formação, nos momentos difíceis foi amável e me incentivou.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter cumprido o desejo do meu coração e ter me dado mais essa vitória.

À Eveline Bertino Algebaile – minha professora e orientadora, pelo estímulo, exemplo, conselhos, paciência, carinho, sabedoria e simplicidade.

Aos Professores do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ – pela paciência e qualidade de ensino.

Aos colegas de curso – pelas trocas de experiência e superação das dificuldades.

Ao meu amor, pelo carinho, paciência, respeito e dedicação.

E aos meus amigos por terem torcido por mim e acreditado em meu potencial.

Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não apenas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto de estudo o Programa Mais Educação, instituído no Brasil em escala nacional no ano de 2008, oficialmente definido como dirigido à ampliação da jornada escolar no ensino fundamental, na perspectiva da implantação da Educação Integral. Para a investigação e análise do Programa, buscamos considerar tanto suas características gerais, definidas nos documentos vinculados a sua criação e regulamentação, quanto a configuração específica por ele adquirida no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, considerando-se sua forma de implantação e administração. A partir do levantamento, sistematização e análise de conteúdo de documentos normativos e programáticos vinculados ao delineamento e regulamentação do Programa por parte do Governo Federal, bem como de pesquisa documental e institucional sobre sua implantação municipal, buscamos caracterizar o programa, identificando seus objetivos manifestos, seu perfil geral, público-alvo e indicações relativas à suas formas de realização, bem como confrontar essas definições normativas e programáticas gerais com as características efetivamente assumidas pelo programa diante de sua forma de implantação municipal. Para a apreensão dos aspectos relativos à implantação municipal do programa foram realizadas visitas à Secretaria Municipal de Educação e a escolas do município que a ele aderiram, sendo realizadas pesquisas empíricas de caráter exploratório junto aos profissionais da educação. A análise das características gerais e específicas do Programa teve como referência principal o debate sobre educação integral no Brasil, em uma perspectiva histórica, destacando-se, dentre os autores dedicados ao tema, as formulações de Coelho (2009), Cavaliere (2002), Saviani (2010), Nunes (2009), Bomeny (2009) e Maurício (2009), tendo em vista a relevância de suas formulações para a melhor compreensão das questões abordadas. Os estudos realizados e os resultados da investigação realizada nos possibilitaram concluir que, por seus objetivos, de diminuir as barreiras das desigualdades educacionais, por meio da ampliação da jornada escolar, o Programa é uma tentativa válida, apresentando, porém, algumas lacunas, tanto na elaboração quanto na implantação, que devem ser ao longo do tempo melhor avaliadas, para que se possa obter resultados eficientes e a promoção efetiva da educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Educacionais; Educação Integral; Programa Mais Educação.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: PROJETOS E DEBATES NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	14
1.1	Processos históricos vinculados à questão da Educação Integral no Brasil.....	15
2	O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	26
3	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.....	38
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	53
	ANEXOS.....	55
	Anexo A - Termo de Adesão e Compromisso do Monitor	
	Anexo B - Relatório Mensal de Atividades Realizadas por Monitor	

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objeto de estudo e investigação o Programa Mais Educação, instituído no Brasil, em escala nacional, a partir do ano de 2008, considerando-se suas características gerais, definidas pelas medidas federais relacionadas à sua criação e regulamentação, bem como suas características específicas, vinculadas a sua forma de implantação no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um programa criado pelo Governo Federal com o objetivo de promover a ampliação da jornada escolar da educação básica, ofertando-se em contraturno escolar atividades complementares que viessem a ampliar a formação escolar. Para o melhor desenvolvimento dessa investigação, realizamos uma revisão da bibliografia relacionada ao tema, bem como pesquisa documental e institucional, que nos permitisse apreender as características gerais do Programa, assim como suas características específicas, vinculadas ao processo de implantação municipal. Para melhor compreensão desse processo de implantação municipal, realizamos também uma pesquisa empírica junto à administração municipal de São Gonçalo e a escolas envolvidas, para observarmos de modo mais próximo aspectos do processo de implantação e das formas de operacionalização do Programa.

A escolha desse objeto de pesquisa teve início com meu ingresso na monitoria do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo e com meu interesse e identificação com as disciplinas de Políticas Públicas e Educação e Organização do Ensino no Brasil, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (FFP/UERJ).

No decorrer das disciplinas, pude compreender como se constituíram as políticas que asseguram a educação como uma obrigatoriedade em nosso país e, ao estudá-las, identifiquei-me especialmente, com as políticas de educação integral. Nesse período, tive a oportunidade de ser bolsista do projeto de pesquisa “Política social e educação no contexto de ajuste do Estado: características organizacionais e implicações sociais da recomposição setorial em curso no Brasil”, desenvolvido pela Prof.^a Dr.^a Eveline Algebaile, por meio do qual busca-se analisar os programas sociais e educacionais desenvolvidos pelo Governo Federal. Através da participação na pesquisa, pude materializar o meu desejo, analisando o Programa Mais Educação e sua implantação nas escolas.

Segundo Algebaile (2009), a análise da escola, no Brasil, deve considerar o conjunto amplo de medidas e práticas que atuam na sua produção. Isto implica considerar a escola “a partir das relações entre política educacional e outras políticas setoriais, bem como outras esferas de organização da ação estatal, particularmente, a política social como um todo” (p.149) Por outro lado,

...não se pode esquecer que nem essas políticas funcionam como um campo de decisão “a salvo” dos movimentos da vida social, nem a escola é um simples ponto de chegada de suas determinações. Malgrado os limites e direções postos pelas políticas governamentais, a escola, definitivamente, não é um mero resultado direto das intenções ali traçadas. Ao contrário, especialmente por sua forma de presença no espaço social e na vida cotidiana, é um lugar e um tempo permeáveis a questões, expectativas e interesses que não participam de sua formação apenas topicamente, mas disparando novas relações ou reorientando relações já instituídas. (2009, p. 149)

As escolhas metodológicas da pesquisa aqui apresentada buscou levar isto em conta, organizando-se a partir de revisões bibliográficas e análises documentais que possibilitassem uma apreensão das principais medidas e intensões que vem influenciando na definição do programa estudado, mas também a partir de pesquisa de campo que, apesar das limitações inerentes a um estudo monográfico, pudesse nos aproximar das experiências e práticas concretas que também incidiram sobre a sua configuração efetiva.

A partir da realização de nossa pesquisa, segundo as indicações acima apresentadas, passamos à redação desta Monografia, organizando-a em três capítulos, sendo o primeiro dedicado à apresentação e discussão de uma cronologia histórica da educação integral e em tempo integral no Brasil desde as suas proposições iniciais até a criação do Programa Mais Educação pelo Governo Federal. Iniciamos esse capítulo apresentando o conceito de educação integral e o seu debate, dinamizado a partir das experiências de educação integral de Anísio Teixeira, com a Escola Parque, na Bahia, e Darcy Ribeiro, com os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), no Rio de Janeiro, utilizando como aporte teórico Coelho (2009), Cavaliere (2002), Saviani (2010), Nunes (2009), Bomeny (2009) e Maurício (2009). Ainda desenvolvemos uma cronologia dos documentos institucionais que dispõem sobre a ampliação da jornada escolar desde a Constituição Federal de 1988, até a Portaria Interministerial Nº 17, 24/04/2007, que institui o Programa Mais Educação.

O segundo capítulo aborda o Programa Mais Educação desde a sua finalidade, objetivos, âmbitos político-administrativos envolvidos com sua realização, como os ministérios integrantes de sua gestão, e atividades previstas. Nesse capítulo, identificamos que, segundo as próprias definições governamentais, o Mais Educação visa à melhoria da aprendizagem através da ampliação da jornada escolar da rede pública de ensino, em contra-

turno ao horário das aulas, onde devem ser realizadas atividades pedagógicas, esportivas, de meio ambiente, cultura, inclusão digital e prevenção à saúde. Assim, o Programa foi criado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, do Ministério da Educação (MEC), mas conta regularmente com apoios ministeriais, como o dos Ministérios da Educação, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dos Esportes e Ciência e Tecnologia.

Nesse mesmo capítulo, buscamos apresentar a organização operacional do Programa, destacando-se, neste caso, o fato de que, para sua operacionalização, ele conta com monitorias (para cada atividade), que são escolhidas pelas escolas participantes, sendo no máximo seis. Os monitores, segundo o manual do programa, podem ser estudantes universitários ou qualquer pessoa comprometida com a educação. No município de São Gonçalo, a operacionalização se dá somente por estudantes universitários em cada área específica.

No terceiro e último capítulo discorremos sobre a cidade de São Gonçalo, apresentando informações populacionais e relativas à expansão escolar (números de escolas, matrículas e docentes), para, a partir dessa base de informações, apresentar e discutir aspectos relevantes da realização do Programa no âmbito municipal. As informações e problematizações relativas a essa realização tem por base principal uma pesquisa empírica junto a escolas e à Secretaria Municipal de Educação, onde, por meio de consultas e entrevistas semiestruturadas, tivemos acesso a um conjunto rico de informações, incluindo opiniões divergentes sobre o Programa, pelos profissionais da educação.

O Programa Mais Educação está em realização no município de São Gonçalo, desde 2008, nas escolas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDEB. Atualmente, cerca de 59 (cinquenta e nove) escolas já aderiram ao Programa. Este integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contando com o repasse financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que atualmente tem um item específico de financiamento vinculado a esta política de ampliação da jornada escolar (O PDDE/Educação Integral), que garante os principais recursos necessários para desenvolvimento do Mais Educação nas escolas, como: o pagamento das bolsas aos monitores, adaptação da escola (criação de salas de informática, quadras esportivas etc.) e materiais para desenvolvimento de atividades. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, também deve ser reconhecido como mecanismo vinculado à definição das fontes de financiamento, ainda que

indireto, do Programa, já que, ao contrário das regras anteriormente vigentes, no período de realização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o novo fundo reconhece a especificidade das escolas de jornada integral, nas três etapas da educação básica, prevendo distribuição específica de recursos, ainda que segundo um cálculo que não garante plena proporcionalidade.

Esperamos que o estudo aqui apresentado possa se somar ao vasto número de formulações que, ao longo do tempo, vem contribuindo para uma melhor compreensão e difusão dos desafios implicados com a expansão da jornada escolar, especialmente na perspectiva de construção de uma educação de qualidade.

CAPÍTULO 1
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL:
PROJETOS E DEBATES NO CONTEXTO BRASILEIRO

1 – EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL: PROJETOS E DEBATES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Antes de falarmos sobre a Educação Integral e os principais projetos no contexto brasileiro, definiremos o que vem a ser “Educação Integral”. A palavra “Educação” significa processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano. Já a palavra “Integral” significa inteiro, completo, total; sem diminuições nem restrições. Sendo assim, em princípio, o termo, por si, indica que defender uma educação integral é defender uma educação completa, que pense o ser humano por inteiro em todas as dimensões. Não só em tempo, mas principalmente em qualidade, unindo quantidade e qualidade. Precisa-se pensar em uma educação que discuta e construa valores, cidadania, ética e justiça social. A Educação Integral, portanto, vem a ser uma educação que se realize de forma completa, pensando na construção do ser humano e que atinja todos os espaços, sejam eles escolares e não escolares, cabendo ressaltar que a própria apresentação oficial das medidas governamentais federais vinculadas à ideia de Educação Integral leva em conta esse significado preliminar, como se pode ver no trecho abaixo, extraído de um documento governamental.

A Educação Integral constitui ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigência crescente de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional. Ela se dará por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos. Não se trata, portanto, da criação ou recriação da escola como instituição total, mas da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos de nossas crianças e jovens na co-responsabilidade por sua formação integral. (PDDE– Manual de Educação Integral, 2009).

1.1 - Processos históricos vinculados à questão da Educação Integral no Brasil

Pode-se dizer que, desde a Antiguidade, ainda que em geral e sem utilizar o termo que posteriormente seria consolidado, a educação integral vem sendo discutida. Segundo Coelho (2009), na Grécia, a *Paidéia* grega consubstanciava uma ideia de formação humana mais completa, que já continha o germe do que mais tarde se denominou educação integral, como

formação do corpo e do espírito. Em Jaeger (Apud Coelho, 2009), discutindo o conceito de educação para os gregos, encontram-se trechos que, relacionados, correspondem a esse ideal de homem que, em última análise, se forma por meio de uma concepção ampliada de educação.

Segundo os mesmos autores, no entanto, é com os Sofistas que a origem da Educação ocidental, a Paidéia, iria se ampliar com mais importância e significado e pela primeira vez seria referida como mais nova Arte humana, pois acabava de englobar o conjunto de todas as exigências ideais, físicas e espirituais (Jagger, 2001, Apud Coelho, 2009).

Ao lado da formação meramente formal do entendimento, existiu igualmente nos sofistas uma educação formal no mais alto sentido da palavra, a qual não consistia já numa estruturação do entendimento e da linguagem, mas partia da totalidade das forças espirituais. É Protágoras quem a representa. A poesia e a música eram para ele as principais forças modeladoras da alma, ao lado da gramática, da retórica e da dialética. É na política e na ética que mergulham as raízes desta terceira forma de educação sofisticada. Distingue-se da formal e da enciclopédica, porque não considera o homem abstratamente, mas como membro da sociedade. É desta maneira que coloca a educação em sólida ligação com o mundo dos valores e insere a formação espiritual na totalidade da Arete humana. O espírito não é considerado através do ponto de vista puramente intelectual, formal ou de conteúdo, mas sim em relação com as suas condições sociais (JAGGER, 2001, p. 342-343, Apud COELHO, 2009, p. 85).

Conforme observamos, a concepção grega de formação humana é baseada em determinadas exigências de igualdade¹, sejam elas, intelectuais, físicas, metafísicas, estéticas ou éticas. Todas essas concepções juntas formam a integralidade, pois, segundo Jagger (2001, p. 351, Apud COELHO, 2009) “essa educação ética e política é um traço fundamental da essência da verdadeira Paidéia”.

Acreditamos que esse modo de ver e perceber a formação do homem corresponde à natureza do que denominamos de educação integral: uma perspectiva que não hierarquiza experiências, saberes, conhecimentos. Ao contrário, coloca-os como complementares e fundados radicalmente no social: "o espírito não é considerado através do ponto de vista puramente intelectual, formal ou de conteúdo, mas sim em relação com as suas condições sociais..." (COELHO, 2009, p. 86).

No século XVI, entre 1549 e 1599, quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral aportou no Brasil, encontrou populações há séculos aqui estabelecidas. Essas populações, consideradas por Saviani (2010) como sociedades organizadas conforme padrões de “comunismo primitivo” (Saviani, 2010), já que não eram sociedades estruturadas em classes, apropriavam-se de forma coletiva dos meios necessários à sua subsistência. Esses meios

¹ Deve-se sempre lembrar que a sociedade grega antiga era constituída por formas de escravidão e de diferenciação política dos sujeitos. Mulheres, crianças e escravos não participavam da vida política. Assim, as ideias de igualdade acima referidas são sempre relativas à igualdade entre aqueles que poderiam ser considerados efetivamente cidadãos.

consistiam na caça, pesca, coleta de frutos e de plantas nativas e organização do cultivo por meio de algumas plantações dentre as quais se destacavam o milho e, principalmente, a mandioca.

Dentre essas tribos indígenas que povoavam o Brasil, destacam-se as sociedades Tupinambás, que foram estudadas por Florestan Fernandes. Essas comunidades viviam conforme uma determinada organização social onde a educação também se fazia presente, sendo “coletividades pequenas, unidas por laços de sangue, cujos membros eram indivíduos livres, com direitos iguais, que viviam sobre a base da propriedade comum da terra” (Ponce, 2001, p. 17, Apud Saviani, 2010, p. 35).

No modo de vida e organização social dos Tupinambás, segundo Saviani (2010), percebe-se que havia clara igualdade de participação na vida da sociedade por parte de todos os seus membros, não havendo outras formas de diferenciação senão aquela decorrente da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres tinham a sobrecarga do trabalho doméstico. O convívio social e os processos educacionais vividos pelos Tupinambás estão bem descritos nessa passagem de Saviani (2010):

De modo geral, observa-se que os conhecimentos e técnicas sociais eram acessíveis a todos, não se notando qualquer forma de monopólio. A cultura transmitia-se por processos diretos, oralmente, por meio de contatos primários no interior da vida cotidiana. E isso não apenas nas relações entre os adultos e as crianças e jovens. Em qualquer idade e tipo de relação social era possível aprender, convertendo a todos, de algum modo, à posição de mestres. Mas ocupavam posição de destaque no processo educativo as preleções dos “principais”, isto é, daqueles que tinham atingido a idade da experiência, os maiores de 40 anos, que, por isso, se encontravam nos postos-chave na vida social (os chefes dos grupos locais), na vida militar (líderes guerreiros) e na vida religiosa ou esfera sagrada (pajés e pajé-açu). Suas exortações cumpriam o papel de atualizar a memória coletiva, preservando e avivando as tradições tribais (Saviani, 2010, p. 38).

Ainda segundo Saviani (2010), em suma, o exemplo Tupinambá ilustra o entendimento de que, numa sociedade sem classes, como era o caso das comunidades primitivas, os fins da educação coincidem “com os interesses comuns do grupo e se realizam igualmente em todos os seus membros, de modo espontâneo e integral” (PONCE, 2001, p.21, Apud SAVIANI, 2010, p.38). “Ou seja: não havia instituições específicas organizadas tendo em vista atingir os fins da educação. Por isso era espontânea. E cada integrante da tribo assimilava tudo que era possível assimilar, o que configurava uma educação integral” (SAVIANI, 2010, p.38).

Ainda segundo o autor:

Com efeito, havia aí uma educação em ato, que se apoiava sobre três elementos básicos: a força da tradição, constituída como um saber puro orientador das ações e decisões dos homens; a força da ação, que configurava a educação como um verdadeiro aprender fazendo; e a força do exemplo, pelo qual cada indivíduo adulto e, particularmente, os velhos ficavam imbuídos da necessidade de considerar suas ações como modelares, expressando em seus comportamentos e palavras o conteúdo da tradição tribal. As ideias educacionais coincidiam, portanto, com a própria prática educativa, não havendo lugar para a mediação das ideias pedagógicas que supõem a necessidade de elaborar em pensamento as formas de intervenção na prática educativa (SAVIANI, 2010, p. 39).

Contudo, mesmo não sendo possível observar, nesse contexto, a existência de ideias pedagógicas, no sentido hoje empregado, achamos possível entender que, no Brasil, a primeira configuração de educação integral era realizada - antes mesmo de sua elaboração intencional e sistemática - pelas tribos indígenas que aqui viviam, onde se destacava uma educação não escolarizada, não escrita, mas que era passada através de troca de experiências por meio da oralidade e que funcionava de forma contínua e espontânea.

A partir deste período, durante séculos, a formação humana deixou de ser discutida, pois a educação formal, como conhecemos, ainda não estava materializada em instituições públicas que atendessem a todos. Nesse sentido, pode-se dizer que só no século XVII, nos países ocidentais centrais, mais precisamente no contexto da Revolução Francesa, da gradual organização dos Estados nacionais e da constituição da escola pública, o conceito de educação integral voltou à cena, desta vez concretizada pela perspectiva de homem completo – o que “significava abarcar o ser físico, o ser moral e o ser intelectual de cada aluno” (BOTO, 1996, p. 159. Apud COELHO, 2009, p. 86)

Nesse período, surgem as escolas públicas de ensino (COELHO, 2009), como *locus* privilegiado desse trabalho educativo, onde evidenciava-se mais a reflexão sobre a educação integral trazida pelo pensamento revolucionário francês, no qual os jacobinos² instituem a escola primária pública para todas as crianças, propondo uma educação comum, radicada na formação integral que propunha, fundamentalmente, a aquisição e o desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais de cada indivíduo. Segundo Coelho (2009, p.86):

Mais tarde é com Bakunin e Proudhon, entre outros pensadores do movimento anarquista, que se estabelecem bases político-ideológicas para a educação integral forjada pelos ideais libertários: igualdade, liberdade e autonomia são algumas das

² De acordo com informações contidas na Infopédia ([http://www.infopedia.pt/\\$jacobino](http://www.infopedia.pt/$jacobino)), “O termo *jacobino* surge durante a Revolução Francesa atribuído aos membros de um grupo político republicano com sede no antigo convento de jacobinos (nome dado a religiosos dominicanos de um convento da Rue de Saint-Jacques, em Paris, que em latim se diz *Sanctus Jacobus*). [...] Mais tarde, e por extensão, passa a significar membro de um partido dito democrático, freqüentemente inimigo da religião. Os *jacobinos* politicamente representavam os *sans-culottes* (os pobres, assim chamados por não usarem, como os nobres, os calções curtos com meias), e pequena burguesia. Depois de aceitarem a monarquia constitucional e após a fuga do rei, tornaram-se ardorosos defensores de uma república revolucionária.”

categorias que fundam o arcabouço filosófico e educativo dessa forma de pensar e agir.

Segundo Coelho (2009):

(...) a concepção libertária de educação provém de um cunho altamente político emancipador, ou seja, todas as propostas sintetizadas até aqui objetivam a formação completa do homem, para que ele o seja, na plenitude filosófico-social da expressão. É assim que essa educação se faz concomitantemente sensitiva, intelectual, artística, esportiva, filosófica, profissional e, obviamente, política (COELHO, 2009, p. 88).

Sendo assim, esses fatos políticos consistiam na construção de uma educação que focasse no espírito coletivo, por meio de atividades esportivas e jogos sem hierarquizações, constituindo-se um cidadão emancipado, questionador e construtor de uma história coletiva. Os pontos destacados por Coelho (2009, p.88) permitem compreender “que há um viés ideológico de cunho progressista e emancipador que acompanha o pensamento/ação anarquistas em relação à sua proposta para a educação integral”.

No final do século XIX e início do século XX, nos EUA, foi criada uma corrente de pensamento liderada por John Dewey³, que propunha uma reorganização no sistema educacional, onde se desenvolvia o “ideal de educação para todos”. Essa corrente de pensamento foi denominada Movimento da Escola Nova. A democracia é um tema central do pensamento Dewey. Segundo Cavaliere (2002, p.252):

As novas ideias em educação questionavam o enfoque pedagógico até então centrado na tradição, na cultura intelectual e abstrata, na autoridade, na obediência, no esforço e na concorrência. Para os reformistas, a educação deveria assumir-se como fator constituinte de um mundo moderno e democrático, em torno do progresso, da liberdade, da iniciativa, da autodisciplina, do interesse e da cooperação. As reformas nas instituições escolares visavam à retomada da unidade entre aprendizagem e educação, rompida a partir do início da era moderna, pela própria escolarização, e buscavam religar a educação à “vida”.

Esse movimento teve um maior crescimento a partir de pesquisas voltadas para as áreas do conhecimento científico que fizeram grandes avanços em torno da biologia e da psicologia, áreas estas que, segundo Cavaliere (2002, p.252) “embasavam uma nova visão da criança, da aprendizagem, da educação em geral e da educação escolar”.

No contexto brasileiro, a chegada das ideias vinculadas à perspectiva da Escola Nova se deveria à influência de intelectuais, como Rui Barbosa, exercendo grande influência nas

³ Segundo Cavaliere (2002, p. 269), “Dewey nasceu em Vermont (EUA), em 1859. Doutorou-se na Universidade Johns Hopkins com um estudo a respeito da psicologia em Kant. Iniciou sua carreira universitária na Universidade de Michigan, onde se integrou às atividades ali desenvolvidas de apoio à formação dos professores secundários. É nesse período que, juntamente com outros autores, funda o movimento pragmatista. Em 1894, ingressa na Universidade de Chicago, onde cria uma escola elementar experimental para a criação e aplicação de novos métodos pedagógicos. Em 1904, afasta-se de Chicago e ingressa em Colúmbia, dedicando-se a partir daí, principalmente, a estudos na área epistemológica. Morre em 1952”.

mudanças promovidas no ensino na década de 1920, quando o país passava por transformações sociais, econômicas e políticas vinculadas à intensificação dos debates em torno das mudanças educacionais em escala nacional.

De acordo com as informações gerais contidas na Wikipédia⁴:

Nesse mesmo período o mundo passava por transformações econômicas e expansões urbanas. Com isso, um grupo de intelectuais brasileiros sentiu necessidade de preparar o país para acompanhar esse desenvolvimento e a educação era por eles percebida como o elemento-chave para promover a remodelação requerida. Inspirados nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação, esses intelectuais viam num sistema estatal de ensino público, livre e aberto, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação.

O movimento ganhou impulso na década de 1930, após a divulgação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*⁵, em 1932. Nesse documento, propunha-se que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia-se a bandeira de uma escola única, com a universalização da escola pública, laica, obrigatória e gratuita.

O movimento reformador, do início do século XX, refletia a necessidade de se reencontrar a vocação da escola na sociedade urbana de massas, industrializada e democrática. De modo geral, para a corrente pedagógica escolanovista a reformulação da escola esteve associada à valorização da *atividade* ou *experiência* em sua prática cotidiana. O entendimento da educação como vida, e não como preparação para a vida, foi à base dos diversos movimentos que a formaram (Cavaliere, 2002, p. 251).

A Educação Integral também estava presente nesse Manifesto. As ideias sobre a educação e a escola pública ali presentes influenciaram durante décadas o pensamento educacional, as lutas por educação pública de qualidade e as formulações sobre políticas públicas na perspectiva da Educação Integral. Conforme Nunes (2009), na década de 1950, o primeiro centro de educação popular do Brasil, idealizado por Anísio Teixeira (1900-1971), foi criado no bairro da Liberdade, uma das áreas mais pobres de Salvador, onde contou com o apoio do governo federal, e por meio do Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia, vinculado ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). A concepção do Centro Educacional Carneiro Ribeiro também esteve na base da organização do sistema escolar de Brasília, traçado por Anísio Teixeira e que fazia parte da sua proposta de um plano

⁴ Wikipédia. Verbete Escola Nova: Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Nova. Acesso em: 15/04/ 2012.

⁵ De acordo com informações contidas no Wikipédia “O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi lançado em 1932, durante os anos iniciais do governo de Getúlio Vargas. De acordo com inúmeros historiadores da educação, foi redigido por Fernando de Azevedo, sendo logo assinado por inúmeros educadores de renome, como o próprio Anísio Teixeira. Expressando as ideias que vinham sendo desenvolvidas por esses educadores e apresentadas nos debates sobre a educação como questão nacional, o Manifesto propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_dos_Pioneiros_da_Educacao_Nova . Acesso em: 15/04/ 2012.

diretor de educação do governo federal para todo o País, onde se proliferaram projetos de educação popular na década seguinte (NUNES, 2009).

A Escola-Parque, como foi apelidada, tinha capacidade de receber quatro mil alunos aproximadamente. Para cada 20 alunos, havia um profissional habilitado. Os professores foram selecionados na capital baiana e no interior, passaram por cursos de aperfeiçoamento na Bahia e em outros estados. Segundo Nunes (2009, p. 125):

O projeto de construção do Centro comportava quatro escolas-classe de nível primário para mil alunos cada, com funcionamento em dois turnos: uma escola-parque, com sete pavilhões destinados às práticas educativas, onde os alunos completavam sua educação no turno alternando ao da classe. Aos alunos do centro era oferecido um dia completo de permanência em ambiente educativo.

Segundo Nunes (2009, p. 125), as localizações e as instalações do Centro Educacional Carneiro Ribeiro se davam em:

... quatro prédios grandes, amplos e modernos, [que] eram frequentados cada um por mil alunos (500 no turno matutino e outros tanto no vespertino), e estavam localizados nos seguintes bairros: na Liberdade, a Escola-Classe 1; em Pero Vaz, a Escola-Classe 2; na Caixa d'Água, as Escolas-Classes 3 e 4. No último, em 1964, passou a funcionar o ginásio, instalado em 1962 num dos pavilhões da Escola-Parque.

De acordo com Nunes (2009, p.125), na Escola-Parque, “os alunos eram agrupados pela idade e pelas preferências, em turmas de 20 a 30 no máximo, pelos diversos setores, todos em funcionamento, para realizar inúmeras atividades”.

<i>SETORES</i>	<i>ATIVIDADES</i>
Setor de Trabalho	Artes aplicadas (desenho, modelagem e cerâmica, escultura em madeira, cartonagem e encadernação, metal, couro, alfaiataria, bordados, bijuterias, tapeçaria confecção de brinquedos flexíveis, tecelagem, cestaria, flores).
Setor de Educação Física e Recreação	Jogos, recreação e ginástica.
Setor Socializante	Grêmio, jornal, rádio-escola, banco e loja.
Setor Artístico	Música instrumental, canto, dança e teatro.
Setor de Extensão Cultural e Biblioteca	Leitura, estudo e pesquisas.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações contidas em Nunes (2009, pag. 126).

Ainda segundo Nunes (2009, pag. 126), a Escola-Parque abrigava, ainda, a direção e a administração escolar geral, bem como os setores de Currículo, Supervisão e Orientação Educativa, e a assistência médico-odontológica e alimentar aos alunos.

O Centro Educacional pretendia “integrar os alunos na comunidade escolar, tornando-os conscientes dos seus direitos e deveres e desenvolver com eles atitudes de autonomia, iniciativa, responsabilidade, cooperação, honestidade, respeito por si mesmo e pelos outros” (Nunes 2009).

Conforme a autora (2009, pag. 129):

As propostas de Anísio Teixeira sempre tiveram a generosidade de uma visão de conjunto. A sua política nunca foi para uma escola, mas para o sistema de ensino, mesmo que os custos assustassem as autoridades e os grupos políticos com os quais se aliava mesmo que exigisse um recrutamento antes impensável de profissionais e sua preparação. É que, em sua concepção, cabe ao Estado tornar viável o que é necessário. As necessidades da população em termos de escolarização sempre estão em primeiro plano da apresentação das suas propostas.

Anísio Teixeira referia-se ao Centro Educacional Carneiro Ribeiro como “ensaio de solução, o que propõe uma direção da ação e não um modelo a ser impositivamente seguido” (Nunes, 2009).

Assim, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, segundo Nunes (2009, p. 130), “serviu de âncora simbólica para diversos outros projetos que governos das mais diversas tendências político-ideológicas tentaram implantar, como os Centros Integrados de Educação Pública (os Cieps cariocas do governo de Leonel Brizola)”.

A partir de Bomeny (2009), entendemos a construção dos Cieps por Darcy Ribeiro, que, segundo a mesma, “valeu-se inúmeras vezes da argumentação sociológica para sustentar a defesa da escola em tempo integral como eixo de uma experiência política mais justa, democrática e humanizadora”. Reconhecendo explicitamente as dificuldades do Brasil em incorporar os setores populares na agenda pública de benefícios sociais, Darcy Ribeiro – na esteira de Anísio Teixeira – colocou na escola pública de tempo integral a expectativa positiva de alterar a tradição elitista e ampliar o alcance do bem-estar a um número mais expressivo de receptores.

A eleição da educação foi publicamente defendida por Darcy Ribeiro como chave para o desenvolvimento do País. De seu ponto de vista, seria a estratégia de médio prazo mais eficaz para a redenção brasileira, o que, segundo ele, se traduzia na incorporação do povo aos benefícios restritos à elite. A escola pública, aberta a todos, em tempo integral, era a receita para iniciar as crianças nos códigos de sociabilidade, tratamento, relacionamento e preparo para a vida em sociedade. A escola em tempo integral abriria espaço ao processo civilizador tal como conceituado por Norbert Elias – ação contínua, deliberada, lenta, duradoura e sempre inconclusa, na direção da formação de hábitos e valorização de atitudes socialmente aceitáveis para a convivência coletiva (Bomeny, 2009, p. 114).

Os Cieps, que ficaram popularmente conhecidos como “Brizolões”, resultaram de um projeto de Darcy Ribeiro, sendo implantados no estado do Rio de Janeiro no decorrer dos dois mandatos de Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994) no governo estadual. Eles tinham como objetivo realizar um ensino público de qualidade, em período integral, na rede estadual de ensino, no nível educacional da época chamado de 1º Grau (correspondente ao atual ensino fundamental).

De acordo com as informações gerais contidas na Wikipédia⁶:

O horário de funcionamento era de 8:00 às 17:00, oferecendo, além das aulas regulares, atividades culturais, estudos dirigidos e educação física. Os Cieps forneciam refeições completas a seus alunos, além de atendimento médico e odontológico. A capacidade média de cada unidade era para mil alunos. O projeto objetivava, adicionalmente, tirar crianças carentes das ruas, oferecendo-lhes os chamados "*pais sociais*", funcionários públicos que, residentes nos Cieps, cuidavam de crianças também ali residentes. O projeto arquitetônico dos edifícios é da autoria de Oscar Niemeyer, tendo sido erguidas mais de 500 unidades. Uma de suas características é a utilização de peças pré-moldadas de concreto, barateando a sua construção.

Ainda segundo as fontes acima relacionadas, as escolas eram constituídas por três estruturas:

- o edifício principal, erguendo-se em três pavimentos, abrigando as salas de aula, centro médico, cozinha, refeitório, banheiros, áreas de apoio e recreação;
- o ginásio esportivo, que também pode receber atividades artísticas e culturais;
- o edifício da biblioteca e dos dormitórios.

No segundo governo de Leonel Brizola, alguns Cieps passaram a contar com piscinas. No entanto, os governos estaduais que sucederam as duas gestões de Leonel Brizola não deram continuidade administrativa ao projeto. As unidades escolares construídas foram sendo convertidas em unidades educacionais destinadas à oferta de escolarização em turnos regulares, modificando-se a sua principal característica, ou seja, a oferta de escolarização em horário integral e em uma perspectiva de educação integral.

Mas o debate, as lutas e as proposições sobre a Educação Integral, que segundo inúmeros autores, como Pacheco (2008, p. 3), “tem suas origens históricas, ainda que não exclusivamente, nos ideais democráticos do educador Anísio Teixeira, fundador da Escola Parque, e de Darcy Ribeiro, criador dos Cieps” não foram extintos. Pouco tempo depois, como mostra o autor, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394,

⁶ Wikipédia. Verbete Centros Integrados de Educação Pública. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Centros_Integrados_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_P%C3%BAblica. Acesso em: 15/04/ 2012.

de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), apontava “para o aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral, valorizando as iniciativas educacionais extraescolares e a vinculação entre o trabalho escolar e a vida em sociedade”.

Atualmente, podemos identificar inúmeras referências diretas ou indiretas à educação integral na legislação brasileira relativa a direitos sociais e, em particular, na legislação relativa à educação escolar. O quadro abaixo apresenta de forma sintética as passagens da legislação brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988, que, de nosso ponto de vista, constituem algumas das principais referências nesse sentido.

Quadro I
QUADRO GERAL DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O TEMA DA
EDUCAÇÃO INTEGRAL

Constituição Federal de 1988	
Art. 6	São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção. (Estes direitos buscam garantir base integral ao ser humano. São pensadas as dimensões desse ser integral.)
Art. 205	A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – 1990	
Art. 3º	A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
Art. 4º	É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96	
Art. 34	A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
2º parágrafo	O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Art. 87, parágrafo 5º	Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.
PNE – Plano Nacional da Educação	
Objetivos e Metas: 21	Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.
22	Prover, nas escolas de tempo integral, preferencialmente para crianças das famílias de menor renda, no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas, nos moldes do Programa de Renda Mínima (hoje Programa Bolsa família) associado a Ações Sócio-Educativas.
Programa Mais Educação	
Portaria Interministerial Nº 17, 24/04/2007	
Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.	
Decreto Nº 7.083, 17/01/2010	
Art. 1º	O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de levantamento de documentos normativos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): <http://portal.inep.gov.br/>

Deve-se destacar a criação do Programa Mais Educação, em 2007, por parte do Governo Federal, como tentativa de implantação da escola integral de caráter nacional. O histórico da criação e implantação desse Programa, que tem por finalidade a expansão da ampliação da jornada escolar nas escolas públicas, é o objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2
O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GERAL

2 - O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GERAL

O Programa Mais Educação foi criado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria Interministerial nº 17/2007, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10 como uma estratégia de implantação da educação integral no Brasil.

O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escolas públicas, mediante oferta de educação básica em tempo integral (Art. 1, Decreto nº 7.083/10).

Para seu desenvolvimento, o projeto conta com parcerias ministeriais como: Ministério da Educação, do Esporte, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura e do Meio Ambiente, já que, segundo o Decreto que regulamentou o Projeto Mais Educação.

A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultural e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades (Art.1, § 2 do Decreto nº 7.083/10).

Segundo a Série Mais Educação – Educação Integral, do Ministério da Educação (2009), o Programa foi instituído com o objetivo de “minimizar as enormes injustiças que persistem na educação pública brasileira, tendo como base a perspectiva da universalização do ensino, a permanência e a aprendizagem na escola pública juntamente com uma proposta de educação integral”.

Nos textos dos documentos normativos e do material de orientação para a implantação do Programa, a educação é considerada como a única ferramenta transformadora, capaz de mudar uma sociedade e é nessa perspectiva que o Programa Mais Educação indica trabalhar. Segundo o material de divulgação do Programa, em nosso país a desigualdade social é iminente e como consequência traz a violência e a marginalização, muitas crianças são excluídas vivendo em meio à pobreza e ao tráfico, pois essa é a sua realidade social, o seu convívio social. Esses documentos destacam a importância de uma educação integral que possa utilizar mecanismos eficazes para a permanência do aluno na escola, onde ele possa

obter conhecimentos de maneiras diferentes, incluindo a perspectiva lúdica, para assim reforçar os seus laços com a escola, permitindo a estes novos caminhos e possibilidades.

As atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais. (Art. 1, § 3º do Decreto nº 7.083/10).

Quanto às escolas participantes, as indicações da normatização e das instruções do Programa destacaram, inicialmente, a necessidade de priorização das escolas que apresentassem baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo situadas em capitais e regiões metropolitanas.

O Programa Mais Educação foi instituído, segundo a Portaria Interministerial nº 17 de 2007, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos e conteúdos educativos.

O Programa utiliza o espaço escolar para realização de atividades de cunho pedagógico, onde estas são desenvolvidas em contraturno ao horário escolar. Cada ministério é responsável por algumas atividades e programas específicos, que são desenvolvidos por monitores. A carga horária mínima de permanência dos alunos na escola é de sete horas diárias, sem contar o horário de almoço. O quadro abaixo apresenta as principais atividades previstas pela regulamentação e instruções de implantação do Programa.

Quadro II

ATIVIDADES PREVISTAS PELO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E PÚBLICO-ALVO	
ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO	<ul style="list-style-type: none">• Matemática (Ensino Fundamental e Médio)• Letramento (Ensino Fundamental)• Leitura e Produção de Textos ou Português (Ensino Médio)• Ciências (Ensino Fundamental e Médio)• História e Geografia (Ensino Fundamental e Médio)• Filosofia e Sociologia (Ensino Médio)
MEIO AMBIENTE (Ensino Fundamental e	<ul style="list-style-type: none">• Com Vidas/ Agenda 21 Escolar• Horta Escolar e/ou Comunitária

Médio)	
ESPORTE E LAZER (Ensino Fundamental e Médio)	<ul style="list-style-type: none"> • Recreação E Lazer • Voleibol • Basquete • Futebol • Futsal • Handebol • Tênis De Mesa • Judô • Karatê • Taekwondo • Yoga • Natação • Xadrez Virtual • Xadrez Tradicional
DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO (Ensino Fundamental e Médio)	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos Humanos E Ambiente Escolar <p>Indica-se a organização das atividades por meio de oficinas que vivenciem situações de defesa e afirmação dos direitos humanos; trabalhos interdisciplinares, projetos; grupos de estudos; passeios temáticos; e campanhas em favor direitos humanos.</p>
CULTURA E ARTES (Ensino Fundamental e Médio)	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura • Banda fanfarra • Canto coral • Hip Hop • Danças • Teatro • Pintura • Grafite • Desenho • Escultura • Percussão • Capoeira
INCLUSÃO DIGITAL (Ensino Fundamental e Médio)	<ul style="list-style-type: none"> • Software Educacional • Informática E Tecnologia Da Informação
PREVENÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE (Ensino Fundamental e Médio)	<ul style="list-style-type: none"> • ATIVIDADES SOBRE: <p>Alimentação saudável - Saúde bucal - Práticas corporais e educação do movimento - Saúde sexual, reprodutiva e prevenção do DST/AIDS - Prevenção ao uso de Tabaco e outras drogas - Saúde ambiental - Promoção da cultura e da paz, prevenção à violência e acidentes - Estratégias de prevenção à saúde e prevenção à Dengue, Febre amarela, Malária, Hanseníase, doença Falciforme e outras.</p>

EDUCOMUNICAÇÃO (Ensino Fundamental e Médio)	<ul style="list-style-type: none"> • Jornal Escolar • Rádio Escolar • Histórias em Quadrinhos • Mídias Alternativas
EDUCAÇÃO ECONOMICA E CIDADANIA (Séries finais do Ensino Fundamental e Médio)	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Econômica e Empreendedorismo • Controle Social e Cidadania
EDUCAÇÃO CIENTÍFICA (Séries finais do Ensino Fundamental e Médio)	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações contidas no Passo-a-passo do Programa Mais Educação (2008).

Segundo a Série Mais Educação – Educação Integral, do Ministério da Educação (2009), para desenvolvimento de cada atividade, o governo federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio conforme as atividades. As escolas beneficiárias também recebem conjuntos de instrumentos musicais e radio escolar, dentre outros, e referência de valores para equipamentos e materiais que podem ser adquiridos pela própria escola com os recursos repassados. As principais vias de financiamento direto do Programa são o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, como se evidencia no próprio trecho, abaixo apresentado, do decreto de sua regulamentação, devendo-se lembrar, no entanto, que o Fundeb, por manter financiamento diferenciado das escolas em horário integral, também acaba por se constituir como fonte complementar.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE prestará a assistência financeira pra implantação dos programas de ampliação do tempo escolar das escolas públicas de educação básica, mediante adesão, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Art. 7º, Decreto nº 7.083/10).

Dentre os princípios de educação integral do Programa Mais Educação estão: a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos do conhecimento; a integração entre políticas educacionais e sociais, em conjunto com as comunidades escolares e a constituição de territórios educativos para desenvolvimento de atividades de educação

integral. Contudo, entende-se que o tempo e espaço são fundamentais para desenvolvimento de uma educação integral em conjunto com o projeto político pedagógico da escola, onde deve estar incluído o programa.

Quadro III

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS COM A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E ATIVIDADES PREVISTAS CORRELATAS

MINISTÉRIOS ENVOLVIDOS/ PROGRAMAS	
Ministério da Educação (MEC)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Escola Aberta • Educação Ambiental • Direitos Humanos • Escola que Protege • Ética e Cidadania • Programa Saúde na Escola (MEC/ MS)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	<ul style="list-style-type: none"> • Sala Verde • Viveiros Educadores • Municípios Educadores Sustentáveis
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF)	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) • Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) • Programa de Atenção à Família (PAIF) • Agente Jovem
Ministério da Cultura (MC)	<ul style="list-style-type: none"> • Pontões de Cultura e Escola • Cineclubes nas Escolas • Educação Patrimonial – Casas do Patrimônio (IPHAN) • Capacitação de Gestores em Políticas Culturais
Ministério do Esporte (ME)	<ul style="list-style-type: none"> • Segundo Tempo • Esporte e Lazer da Cidade • Jogos Escolares
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	<ul style="list-style-type: none"> • Centros de Inclusão Digital • Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) • Casa Brasil – Inclusão Digital • Centros e Museus de Ciência do Brasil • Semana Nacional de C&T (anual)

Fonte: Quadro montado a partir das informações sistematizadas no material de apresentação de conferência da Professora Jaqueline Moll sobre o Programa, realizada em 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/jaqueline_moll.pdf. Acesso em: 20/03/2012.

O financiamento do Programa Mais Educação destina-se às escolas públicas das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal, que possuem estudantes matriculados no ensino fundamental e no ensino médio conforme os critérios definidos no Programa. Segundo a Resolução 020_06/05/2011, o montante de recursos destinados a cada escola será repassado por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/Educação Integral, para conta corrente em nome da Unidade Executora Própria - UEX representativa da unidade escolar, liberado em uma só parcela, considerando as necessidades de 10 (dez) meses letivos para realização das atividades.

Os recursos, transferidos por intermédio do PDDE para implantação da Educação Integral, segundo FNDE destinam-se para ressarcimento de despesas de alimentação, transporte dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, à contratação de pequenos serviços e aquisição de materiais de consumo. O trabalho do monitor deverá ser considerado de natureza voluntária, na forma definida pela Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, o ressarcimento das despesas deverá ser calculado de acordo com o número de turmas monitoradas e limitado a R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, conforme a tabela a seguir:

Quadro IV

VALOR DO RESSARCIMENTO DESTINADO AO MONITOR, POR TURMA

Quantidade de Turmas	Valor R\$
01	60,00
02	120,00
03	180,00
04	240,00
05	300,00

Fonte: FNDE Resolução 020_06/05/2011 – Manual de Educação Integral.

Segundo o Manual de educação integral do PDDE de 2009, as turmas deverão ser formadas com um mínimo de 20 (vinte) alunos e um máximo de 30 (trinta) e, sempre que possível e conveniente, mesclar alunos das diversas séries/anos, não devendo, em nenhuma hipótese se prenderem às turmas do horário regular: Entretanto, para efeito de cálculo, considerar-se-á turmas de 30 alunos.

Nas disposições relativas à operacionalização do programa, é prevista a possibilidade de constituição de equipes de trabalho a partir de parâmetros bastante abertos, quanto à formação profissional e quanto aos regimes de trabalho, envolvendo, por exemplo, desde os

profissionais da educação, até monitores e, mesmo, participantes voluntários. Segundo Passo-a-Passo⁷ do Mais Educação:

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores, estudantes universitários com formação específica nos macrocampos), observando-se a Lei nº 9.607/98, que dispõe sobre o serviço voluntário. Trata-se de uma dinâmica instituidora de relações de solidariedade e confiança para construir redes de aprendizagem, capazes de influenciar favoravelmente o desenvolvimento dos estudantes (MEC, 2009, p. 14).

As regras iniciais do Programa, apresentadas na Portaria Ministerial 17/2007, não dispõem claramente sobre a constituição das equipes profissionais que deverão atuar nas atividades realizadas no contraturno escolar.

Em materiais de divulgação e instrução da operacionalização do programa, como o Passo-a-Passo, depreende-se que essas equipes serão constituídas pelas secretarias de educação que aderirem ao Programa, segundo os procedimentos por elas determinados.

Segundo a Resolução nº 020 de 06/05/2011, do FNDE (Manual de Educação Integral), o trabalho de monitoria deverá ser desempenhado, preferencialmente, por estudantes universitários de formação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou por pessoas da comunidade com habilidades apropriadas. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da educação de jovens de adultos – EJA e estudantes do ensino médio. É recomendada a não utilização de professores da própria escola para atuarem como monitores, quando isso significar ressarcimento de despesas do transporte e alimentação com recursos do FNDE.

Ainda com base no FNDE, a escolha das atividades deverá ser realizada pelas escolas participantes, onde poderão ser escolhidas pelo menos três macrocampos. A partir dos macrocampos escolhidos, as escolas poderão optar por no mínimo 5 (cinco) e um máximo de 10 (dez) atividades para serem desenvolvidas com os estudantes. Porém o macrocampo, “Acompanhamento Pedagógico” é obrigatório para todas as escolas, devendo haver pelo menos uma atividade deste macrocampo.

⁷ Passo-a-passo é um material institucional destinado a orientar os municípios que aderem ao Programa no que diz respeito, especialmente, aos procedimentos administrativos necessários à implantação e realização do mesmo.

Quadro V
ATIVIDADES OPCIONAIS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO POR
MACROCAMPO

Acompanhamento Pedagógico	
Ensino Fundamental	Ciências
	História e Geografia
	Letramento/Alfabetização
	Língua Estrangeira
	Matemática
	Tecnologias de Apoio a Alfabetização
Ensino Médio	Ciências: Calorimetria
	Ciências: Célula Animal
	Ciências: Cinética Química
	Ciências: Circuitos Elétricos
	Ciências: Coleta de Sangue
	Ciências: Eletroquímica
	Ciências: Estrutura do DNA
	Ciências: Física Ótica
	Ciências: Química Orgânica
	Ciências: Reações Químicas
	Filosofia e Sociologia
	História e Geografia
	Leitura e Produção de Texto ou Português
	Línguas Estrangeiras
Matemática	
Educação Ambiental	
Com-Vida / Agenda 21 na Escola - Educação para a Sustentabilidade	
Horta Escolar e/ou Comunitária	
Esporte e Lazer	
Atletismo	Basquete de Rua
Ciclismo (somente para as escolas rurais)	Basquetebol
Corrida de Orientação	Futebol
Ginástica Rítmica	Futsal

Handebol	Judô
Karatê	Natação
Recreação/Lazer	Programa Segundo Tempo
Taekwondo	Tênis de Campo
Tênis de Mesa	Voleibol
Xadrez Tradicional/ Virtual	Yoga
Direitos Humanos em Educação	
Direitos Humanos e Ambiente Escolar	
Cultura e Artes	
Banda Fanfarra	Canto Coral
Capoeira	Cineclube
Danças	Desenhos
Ensino Coletivo de Cordas	Esculturas
Flauta Doce	Grafite
Hip Hop	Leitura
Mosaico	Percussão
Pintura	Práticas Circenses
Teatro	
Cultura Digital	
Ambiente de Redes Sociais	
Informática e Tecnologia da Informação (Proinfo e/ou Laboratório de Informática)	
Software Educacional / Linux Educacional	
Promoção da Saúde	
Promoção da Doença e Prevenção de Doenças e Agravos	
Comunicação e Uso de Mídias	
Fotografia	História em Quadrinhos
Rádio Escolar	Jornal Escolar
Vídeo	
Investigação no Campo das Ciências da Natureza	
Laboratórios, Feiras e Projetos Científicos	Robótica Educacional
Educação Econômica	
Educação Econômica	

Fonte: Passo-a-passo do Programa Mais Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf

Ainda, segundo a Resolução nº 020 de 06/05/2011 do FNDE, na perspectiva de Educação Integral, o Programa seleciona para participação, inicial e preferencialmente: estudantes que apresentam defasagem idade/ano; estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º e/ou 5º anos), onde existe maior saída extemporânea de estudantes na transição para a 2ª fase; estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), onde existe um alto índice de abandono após a conclusão; estudantes de anos/séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência assim sucessivamente; estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os alunos participantes do Programa devem estar inscritos em no mínimo cinco atividades, garantindo-se, assim, que todos os estudantes tenham pelo menos cinco atividades diferentes. Segundo a Resolução 020_06/05/2011, é fundamental que a escola estabeleça relações entre as atividades do Programa Mais Educação e as atividades curriculares em jornada ampliada (constituição de tempo contínuo).

Quadro VI
VALOR DO REPASSE FINANCEIRO DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE ESTUDANTES INSCRITOS NO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Intervalo de Classe do Número de Alunos	Valor mensal do Repasse em Custeio (R\$)	Valor mensal do Repasse em Capital (R\$)	Total (R\$) (referente a 10 meses)
Até 500	400,00	100,00	5.000,00
501 a 1.000	800,00	200,00	10.000,00
Mais de 1.000	1.200,00	300,00	15.000,00

Fonte: FNDE Resolução 020_06/05/2011 – Manual de Educação Integral.

Para a implantação do Programa nos Estados, Municípios e Distrito Federal é necessária à instalação de equipes gestoras em cada um desses territórios, para administração das verbas repassadas pelo Governo Federal e fiscalizar quanto à implantação e o desenvolvimento do mesmo nas escolas. O Manual do PDDE de 2009 recomenda:

- A criação dos Comitês Locais do Programa Mais Educação a partir da indicação da Escola e Conselho Escolar de quatro representantes, sendo um coordenador geral, um representante pedagógico para intersetorialidade, um representante de assuntos comunitários e um representante para execução financeira e prestação de

contas do plano de ação local. Recomenda-se que seja paritário com 2 representantes da direção da escola e dois do conselho escolar.

- Recomenda-se, ainda, a criação de Comitês Metropolitanos do Programa Mais Educação com a participação do coordenador geral dos Comitês Locais e Indicação de 3 (três) representantes de cada EEx e representantes de Universidades locais, quando houver.
- A gestão intersetorial do Programa se dará de forma articulada, nos territórios, em três níveis, buscando-se a aproximação entre programas, ações e projetos já existentes. Não há recursos disponíveis e diretos destinados aos gestores do Programa.

Ainda pelo PDDE, fica definido que as atividades a serem desenvolvidas para implementação da Educação Integral nas escolas deverão ser coordenadas por um professor comunitário, vinculado à mesma e que os custos dessa coordenação, com carga horária de 20 horas semanais, refere-se à contrapartida a ser oferecida pela Entidade Executora, ou seja, os municípios.

CAPÍTULO 3
IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE SÃO GONÇALO

3 – IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

Localizado no Brasil, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o município de São Gonçalo possui cerca de 1.008.064 habitantes (dados de 2011), sendo a segunda cidade mais populosa do estado do Rio de Janeiro e a décima sexta mais populosa do país. São Gonçalo possui cerca de 90 bairros distribuídos em uma área territorial de 247,709 km².

Mapa da Cidade de São Gonçalo



1º Distrito : 6800 ha | 2º Distrito : 7200 ha | 3º Distrito : 5100 ha
4º Distrito : 1200 ha | 5º Distrito : 2400 há

1º Distrito (30 bairros)	2º Distrito (20 bairros)	3º Distrito (17 bairros)	4º Distrito (13 bairros)	5º Distrito (10 bairros)
1. Palmeira 2. Itaoca 3. Fazenda dos Mineiros 4. Porto do Rosa 5. Boaçú 21. Zé Garoto 22. Brasilândia 23. Rosane 24. Vila Lara 25. Centro (Rodo de S.G.) 26. Rocha 27. Lindo Parque 36. Tribobó 37. Colubandê 38. Mutondo 39. Galo Branco 40. Estrela do Norte 41. São Miguel 42. Mutuá 43. Mutuaguaçu 44. Mutuapira 45. Cruzeiro do Sul 46. Antonina 47. Nova Cidade 48. Trindade 49. Luiz Caçador 50. Recanto das Acácias 51. Itaúna 52. Salgueiro 54. Alcântara	55. Almerinda 56. Jardim Nova República 57. Arsenal 58. Maria Paula 59. Arrastão 60. Anaia Pequeno 61. Joquei 62. Coelho 72. Amendoeira 74. Jardim Amendoeira 75. Vila Candoza 76. Anaia Grande 77. Ipiíba 78. Engenho do Roçado 79. Rio do Ouro 80. Várzea das Moças 81. Santa Isabel 82. Eliane 83. Ieda 84. Sacramento	53. Jardim Catarina 63. Raul Veiga 64. Vila Três 65. Laranjal 66. Santa Luzia 67. Bom Retiro 68. Gebara 69. Vista Alegre 70. Lagoinha 71. Miriambi 73. Tiradentes 85. Pacheco 86. Barracão 87. Guarani 88. Monjolo 89. Marambaia 90. Largo da Idéia 91. Guaxindiba	6. Boa Vista 7. Porto da Pedra 8. Porto Novo 9. Gradim 10. Porto Velho 11. Neves 14. Vila Lage 15. Porto da Madama 16. Paraíso 17. Patronato 18. Mangueira 19. Parada 40 20. Camarão	12. Venda da Cruz 13. Convanca 28. Santa Catarina 29. Barro Vermelho 30. Pita 31. Zumbi 32. Tenente Jardim 33. Morro do Castro 34. Engenho Pequeno 35. Novo México

Fonte: <http://www.pmsg.rj.gov.br/mapas.php>

Além destes 91 (noventa e um bairros) bairros oficiais, existem ainda mais 18 bairros reconhecidos pela população.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município de São Gonçalo possuía em 2009, 120.617 matrículas no ensino fundamental, sendo 45.683 nas escolas públicas estaduais, 38.773 nas escolas públicas municipais e 36.161 nas escolas privadas. Vejamos nas tabelas a seguir outros dados:

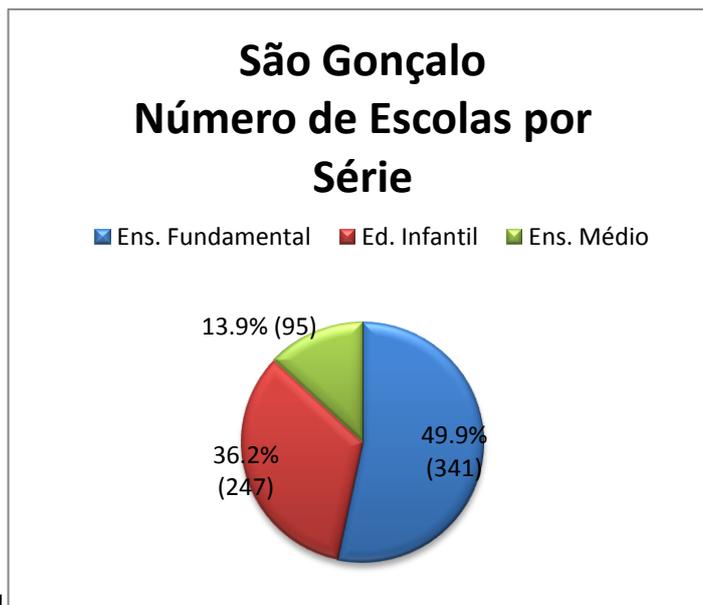


Gráfico 1

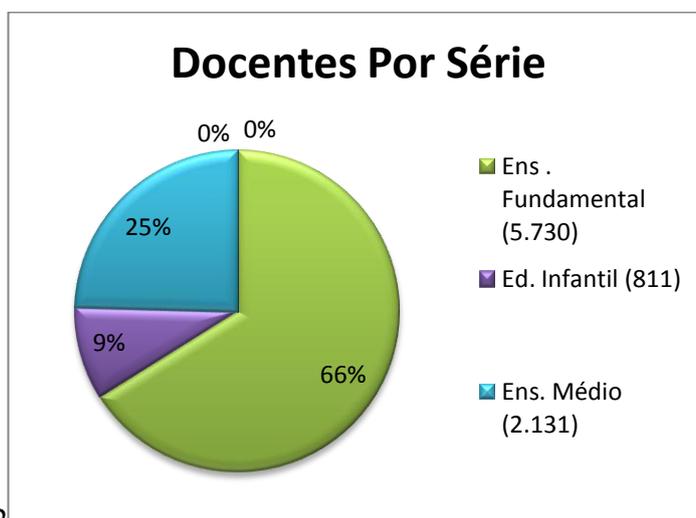


Gráfico 2

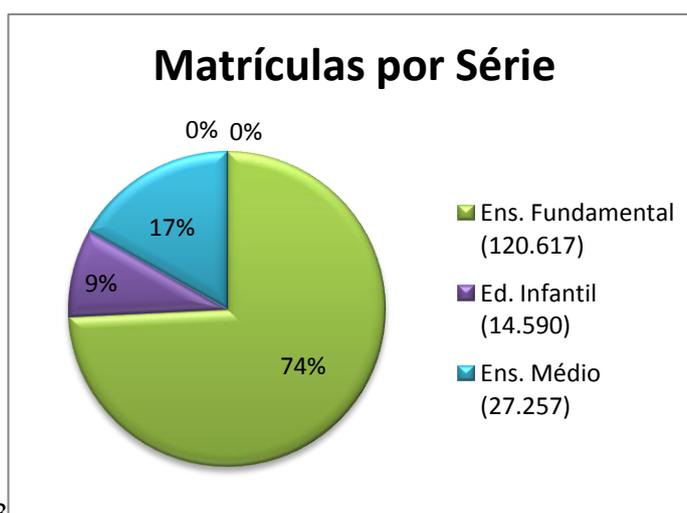


Gráfico 3

Fontes: Site do IBGE. MEC - Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330490#>

Quadro VII
QUADRO DAS ESCOLAS POR BAIRRO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

BAIRROS	ESCOLAS
Alcântara	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Almirante Alfredo Carlos Soares Dutra
Almerinda	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Profª Margarida Rosa M. Galvão
Amendoeira	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Profª Aurelina Dias Cavalcanti • Escola Municipal Profª Margarida Rosa M. Galvão
Anaia Pequeno	<ul style="list-style-type: none"> • Classe em Cooperação Anaia Pequeno
Arrastão	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Alfredo de Freitas Dias Gomes
Bairro Antonina	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Jose Manna Junior
Barro Vermelho	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Futuro Thomas Edson • Escola Municipal Joaquim Lavoura
Boaçú	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Futuro • Escola Municipal Valéria de Mattos Fontes • Escola Municipal Presidente Castelo Branco
Boa Vista	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Florisbela Maria Nunes Haase
Centro	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Futuro
Colubandê	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto • Escola Municipal Prof. Paulo Roberto Macedo Amaral
Engenho Pequeno	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Mario Quitana • Escola Municipal Profª Maria Amélia Areas Ferreira
Engenho Roçado	<ul style="list-style-type: none"> • CIEP 411 A. L. Ferreira
Fazenda dos Mineiros	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal William Antunes de Souza
Galo Branco	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Duque Estrada • CIEP 438 R. Mauricio Abreu
Gradim	<ul style="list-style-type: none"> • CIEP 250 R. R. Marcos
Guaxindiba	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Estadual Municipalizada Guaxindiba
Ipiíba	<ul style="list-style-type: none"> • CIEP 414 T. de Castro
Itaoca	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Estadual Municipalizada Salgado Filho • Escola Municipal Carlos Drumond de Andrade
Itaúna	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal João Aires Saldanha • Escola Municipal Marinheiro Marcílio Dias
Jardim Alcântara	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Desembargador Ronald de Souza

Jardim Catarina	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Oscarina da Costa Teixeira • Escola Municipal Prefeito Nicanor Ferreira Nunes • Escola Municipal Profª Aida Vieira de Souza • Colégio Municipal Irene Barbosa Ornellas
Jardim Nova República	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Virgínia de Seixas Cruz
Laranjal	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Futuro • Colégio Municipal Estephânia de Carvalho
Lindo Parque	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Futuro • Colégio Municipal Amaral Peixoto
Luiz Caçador	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Belarmino Ricardo Siqueira
Marambaia	<ul style="list-style-type: none"> • Classe em Cooperação Filadélfia
Maria Paula	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Alberto Pasqualine
Miriambi	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Rotary
Monjolos	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal João Cabral de Melo Neto • Escola Municipal Prefeito Jayme Mendonça de Campos
Morro dos Castro	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Prof. Djair Cabral Malheiros
Mutondo	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Alberto Torres • Escola Municipal Governador Roberto da Silveira
Mutuá	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Albertina Campos
Neves	<ul style="list-style-type: none"> • Colégio Municipal Ernani Faria • CIEP 437 C. W. Brandt
Nova Cidade	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Visconde de Sepetiba
Novo México	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Deputado José Carlos Brandão Monteiro
Pacheco	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Antonio Carlos Jobim • Escola Municipal Prof. Paulo Roberto Azeredo
Paraíso	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Zulmira Mathias Netto Ribeiro
Pita	<ul style="list-style-type: none"> • Classe em Cooperação Pastorinhos de Fátima
Porto da Madama	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Integração Ulysses Guimarães – CIUG • Escola Municipal Jovita Maria de Jesus
Porto do Rosa	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Futuro Isaac Newton • CIEP 045 Porto do Rosa • Escola Municipal Paulo Reglus Neves Freire
Porto Novo	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Dr. Armando Leão Ferreira • Escola Municipal Maria Dias
Porto Velho	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Elphídio dos Santos
Raul Veiga	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Raul Veiga
Rio do Ouro	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Nossa Senhora da Boa Esperança
Santa Isabel	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Marcus Vinicius Cruz de Mello Moraes • Escola Municipal Célia Pereira da Rosa

Santa Luzia	<ul style="list-style-type: none"> • Casa do Futuro Alexandre Gram Bell • Escola Municipal Anísio Spínola Teixeira • Escola Municipal Santa Luzia
São Miguel	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal São Miguel • Escola Municipal Luiz Gonzaga
Tribobó	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Leda Vargas Giannerinni
Trindade	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Leonor Corrêa • Casa do Futuro - Portal Trindade • Escola Municipal Profª Marlucy Salles de Almeida
Venda da Cruz	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Prof. Evadyr Molina
Vista Alegre	<ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Darcy Ribeiro
Zé Garoto	<ul style="list-style-type: none"> • Classe em Cooperação Arca de Noé

Fonte: Quadro produzido pela autora a partir de informações disponíveis no site da Prefeitura de São Gonçalo. Disponível em: <http://www.pmsg.rj.gov.br/educacao/escolas.php>

O Programa Mais Educação foi implantado na cidade de São Gonçalo em 2008 nas escolas municipais cujo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB era abaixo da média. A partir deste período cerca de 5 escolas da rede pública de ensino adotaram o programa, e esse número tem aumentado ao longo dos anos. Segundo site da Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo, é do interesse do município a ampliação da jornada escolar através do Mais Educação.

Quadro VIII

ESCOLAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA NO MUNICÍPIO

Número	Escola
4301	C.M. PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
4302	C.M.ERNANI FARIA
4303	C.M. ESTEPHÂNIA DE CARVALHO
4304	E.M. ALBERTINA CAMPOS
4305	E.M. ALBERTO PASQUALINE
4306	E.M.ALMIRANTE ALFREDO CARLOS SOARES DUTRA
4307	C.M. AMARAL PEIXOTO
4308	E.M.CARLOS DRUMOND DE ANDRADE
4309	E.M.DEPUTADO JOSÉ CARLOS BRANDÃO MONTEIRO
4311	E.M. DOUTOR ARMANDO LEÃO FERREIRA
4312	E.M.DOUTOR HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO

4313	E.M.DUQUE ESTRADA
4315	E.M.FLORISBELA MARIA NUNES HAASE
4316	E.M.GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA
4317	C.M.IRENE BARBOSA ORNELLAS
4319	E.M.JOAQUIM LAVOURA
4320	E.M.JOSÉ MANNA JUNIOR
4321	E.M.JOVITA MARIA DE JESUS
4322	E.M.LÊDA VARGAS GIANNERINI
4324	E.M.LUIZ GONZAGA
4325	E.M.MARCUS VINÍCIUS CRUZ DE MELLO MORAES
4327	E.M.MARINHEIRO MARCÍLIO DIAS
4328	E.M.NOSSA SENHORA DA BOA ESPERANÇA
4330	E.M.PREFEITO JAYME MENDANÇA DE CAMPOS
4332	E.M.PRESIDENTE JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART
4336	E.M.PROFESSORA AURELINA DIAS CAVALCANTI
4338	E.M.RAUL VEIGA
4339	E.M.ROTARY
4342	E.M.BELARMINO RICARDO SIQUEIRA
4343	E.M.VALÉRIA DE MATTOS FONTES
4345	E.M.VISCONDE DE SEPETIBA
4346	E.M.WILLIAM ANTUNES DE SOUZA
4347	ZULMIRA MATHIAS NETTO RIBEIRO
4348	E.M.FILADÉLFIA
4350	E.E.M.GUAXIMDIBA
4355	E.M.PROFESSORA MARGARIDA ROSA M.GALVÃO
4356	E.M.DARCY RIBEIRO
4358	E.M.PROFESSORA MARLUCY SALLES DE ALMEIDA
4359	E.M.MÁRIO QUINTANA
4361	E.M.PAULO REGLUS NEVES FREIRE
4362	E.M.ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA
4363	E.M.JOÃO CABRAL DE MELO NETO
4364	E.M.ALBERTO TORRES
4365	E.M.ALFREDO DE FREITAS DIAS GOMES
4367	E.M.CÉLIA PEREIRA DA ROSA
4368	E.M.OSCARINA DA COSTA TEIXEIRA
4379	CIEP 045 - PORTO DO ROSA
4380	CIEP 438 - RUBEM MAURÍCIO ABREU

4382	CIEP 250 - ROSENDO RICA MARCOS
4384	E.E.M.PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA BORGES LEITE
4388	CIEP 414 - TARSO DE CASTRO
4389	E.M.PROFESSORA AIDA VIEIRA DE SOUZA
4390	E.M.PROFESSOR GENECY SUHETT LIMA
4392	E.M.PADRE CIPRIANO DOUMA
4393	E.M.PASTOR MAURO ISRAEL MOREIRA
4394	E.M.PARTOR RICARDO PARISE
4395	E.M.BEATRIZ ELIANE CORDEIRO SANTOS
4401	E.E.M.LÚCIO THOMÉ FETEIRA
4408	E.E.M.CORONEL AMARANTE

Fonte: Site da Secretaria Municipal de São Gonçalo. Disponível em: http://www.pmsg.rj.gov.br/educacao/mais_educacao_educacao_integral.php

Com vistas à melhor compreensão do perfil assumido pelo Programa neste município, desenvolvemos uma pesquisa empírica, de caráter complementar à pesquisa documental, com os profissionais da educação da rede municipal, cujas escolas em que trabalham aderiram ao Programa. Sendo, 10 (dez) professores da rede municipal de São Gonçalo, 5 (cinco) inspetores de disciplina e 10 (dez) monitores do programa, sendo 6 (seis) alunos da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Em visita à Secretaria Municipal de Educação, também foi realizada entrevista semiestruturada com a Coordenadora do Programa no Município de São Gonçalo. A mesma informou que o Programa está em vigor no município desde 2008 e que, atualmente, 59 escolas participam do programa. A escolha da coordenação do programa se dá por meio de indicação, por parte do governo, dos professores da rede municipal de educação com carga horária de 40 horas. Segundo a coordenadora, a maior dificuldade encontrada na operacionalização do Programa é a falta de preparo dos monitores.

No município, os monitores são estudantes universitários e sua contratação se dá por meio de comparecimento direto na escola que aderiu ao Programa, ou por indicação (por parte dos professores, ou dos profissionais da educação), ou por envio de currículo à Secretaria Municipal de Educação. Este parece ser o modo como o Município interpretou as indicações relativas à implantação do programa, no Decreto 7083, que, no art. 2º, VII parágrafo, dispõe que é princípio do Programa a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral.

Ainda, segundo a coordenadora, nos primeiros anos de operacionalização do Mais Educação, realizou-se palestra para monitores de Matemática sobre a utilização do material do programa, sendo esta palestra uma iniciativa do município, sem colaboração do Governo Federal.

A escolha das atividades que serão desenvolvidas é de autonomia de cada escola. A critério do Município de São Gonçalo, no entanto, as atividades de Acompanhamento Pedagógico, Letramento e Matemática são de obrigatoriedade para a escola, cujas atividades, em seu total, só poderão ser 6 (seis), dentro de qualquer macrocampo, incluindo as obrigatórias

O Programa é realizado em contra-turno escolar e, segundo a coordenadora, os alunos que estão no Mais Educação, durante as atividades específicas, devem usar uniforme diferenciado, para distingui-los dos demais. Esse uniforme é feito pela diretoria de cada escola, de maneira independente, não sendo encontrados em todas as escolas.

A participação no Programa não é de caráter obrigatório para os alunos. A escola faz um levantamento dos estudantes com características similares às apontadas no manual do Programa e encaminham aos seus responsáveis a proposta do Mais Educação. Quando os alunos ou os familiares não se interessam em fazer parte, segundo a coordenadora, os responsáveis assinam um termo de responsabilidade.

Segundo o Passo-a-Passo do Programa, as características que os alunos devem possuir para participarem do programa são: estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência; – estudantes que congregam seus colegas – incentivadores e líderes positivos (âncoras); – estudantes em defasagem série/idade; – estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase; – estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono; – estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência.

Além de uma coordenadora geral na Secretaria de Educação, em cada escola é escolhido um coordenador que seja professor concursado com 40 horas semanais, para ficar responsável pelo programa na escola, ou seja, em atendimento à Resolução 020. É de responsabilidade deste, fiscalizar a evolução do Mais Educação na sua escola e também dos monitores com: relatórios de frequência e atividades realizadas. Aos monitores, por sua vez, fica a responsabilidade de enviar mensalmente um relatório sobre as atividades que vem desenvolvendo.

A contratação dos monitores se dá diretamente nas escolas, por escolha do coordenador, ou “Professor Comunitário”, sendo o repasse da bolsa efetuado na Secretaria Municipal de Educação.

Fica definido que as atividades a serem desenvolvidas para a implementação da Educação Integral deverão ser coordenadas por um professor vinculado à escola, com dedicação de no mínimo vinte horas – chegando preferencialmente a quarenta horas – que será denominado “Professor Comunitário”. Os custos dessa coordenação referem-se à contrapartida a ser oferecida pela Entidade Executora – EEx. (FNDE – Res. 020_06/05/2011 – Manual de Educação Integral, p. 8).

Nessa pesquisa sobre o desdobramento do Mais Educação nas escolas, percebeu-se que, para professores, a falha do Programa se dá, entre outros aspectos, na não interlocução entre docentes e monitores. Segundo os professores, não há um acompanhamento entre as dificuldades percebidas pelos mesmos nos alunos e o trabalho dessas dificuldades no Programa pelos monitores. Quando esse acompanhamento acontece, ocorre evasão de alunos pela não obrigatoriedade de participação no Mais Educação.

Na teoria, segundo o Decreto 7083/07, art. 2º, o primeiro princípio do Programa é a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais. Contudo, segundo os professores, essa articulação não tem ocorrido, o que tem comprometido a sua execução e resultados.

Outro problema, destacado no relato de inspetores de algumas disciplinas, é que, em algumas escolas, observa-se uma significativa evasão no Programa, especialmente pelo fato de que os estudantes que estudam no horário da manhã, ficam na escola para as atividades do Mais Educação no turno da tarde, porém inversamente isso não ocorre, pois os alunos do turno da tarde não comparecem às atividades de contra-turno, que ocorrem pela manhã, sendo exceção quando as atividades são de cunho esportivo ou cultural.

A Portaria 17/2007, no art. 2º, segundo parágrafo, dispõe que o Programa tem por finalidade contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implantação de ações pedagógicas para a melhoria do rendimento e do aproveitamento escolar. Porém, como a participação dos estudantes no Programa não é obrigatória, observa-se que, em inúmeros casos, ele pode não influir na alteração do quadro de aproveitamento, frequência e distorções que, em tese, ele tenderia ajudar a reverter.

Em alguns depoimentos, monitores do Programa também destacam a evasão dos alunos inscritos no Mais Educação e a não aceitação do Programa pelos professores. Segundo os monitores, eles são vistos nas escolas como um reforço escolar, ou “hora do lazer”, sendo inferiorizados. Os monitores do Programa em São Gonçalo, são estudantes universitários ou

recém-formados, que veem no Mais Educação uma oportunidade de inter-relacionar a teoria com a prática.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação como um todo é um dos problemas em destaque atualmente, sendo discutida em diversos setores sociais. No Brasil, observamos que as bases educacionais encontram-se defasadas, atrapalhando seu desenvolvimento. Sabemos que a discussão sobre educação não vem de agora, mas de muitos anos atrás, quando grandes pensadores já discutiam e defendiam a educação. Isso despertou o interesse de educadores brasileiros, como Paulo Freire e Anísio Teixeira, que defendiam uma proposta educacional mais ampla, de tempo integral e em todos os momentos. Com altos índices de analfabetismo, reprovação e o aumento do fracasso escolar nas séries iniciais, o Brasil começou a pensar em novas possibilidades de educação, desenvolvendo assim ações para estabelecer a educação integral.

O Programa Mais Educação surgiu com o intuito de reduzir esses índices citados, através da ampliação da jornada escolar, ofertando atividades de cunho pedagógico e social. A legislação que assegura o Programa destaca a importância de uma educação em tempo integral no país, porém não tem se estabelecido essa educação efetivamente. Sabemos que o Programa Mais Educação é uma tentativa de implantação da educação integral, e por isso precisa de algumas modificações quanto a sua operacionalização, pois por ser uma medida Federal, tende a se reportar de forma geral a todo o território nacional, deixando de lado, por vezes, as especificidades de cada região.

Por conta disso, percebemos, nos documentos institucionais do Programa, aberturas significativas quando a sua operacionalização e implantação. Mas quando observamos a implantação do Mais Educação no município de São Gonçalo, percebemos falhas preocupantes que parecem decorrer exatamente da abertura da lei, que não estabelece efetivamente, por exemplo, quem deve ministrar as aulas do Programa, deixando em aberto para “estudante ou qualquer profissional comprometido com a educação”, como descrito no Manual do Programa.

O Programa Mais Educação, foi concebido com vistas a ser viabilizado em âmbito nacional. Parte da imprecisão normativa sobre o seu modo de realização pode ser interpretada como devida a essa expectativa, de ramificação rápida, nos municípios, em escala nacional. A pouca normatização sobre o corpo de profissionais, por exemplo, pode favorecer a adesão dos municípios de diferentes regiões. As diferentes regiões têm constituição societária e profissional distintas. Por esse motivo, o Mais Educação deixa em aberto a escolha dos profissionais que desenvolverão o Programa, para atender a todas as necessidades.

Esta estratégia parece surtir efeitos. Segundo dados do Ministério da Educação, 22% das escolas públicas do país ofereceram educação integral em 2011. A meta para 2012 é a adesão de 15 mil novas escolas ao Programa, totalizando 30 mil escolas, em aproximadamente 3.000 municípios. E a meta para 2014 é de 60 mil escolas participantes. Deve-se observar, no entanto, que as imprecisões ou aberturas relativas a vários aspectos operacionais e pedagógicos do Programa favorecem, de nosso ponto de vista, formas de realização e distorções problemáticas.

Observamos que a implantação do Programa Mais Educação no Município de São Gonçalo tem se dado de maneira rápida, porém, pelas brechas dadas pela legislação que o regulamenta, observa-se um descompasso entre a proposta e a prática. O Município conta com recursos repassados pelo FNDE, e a sua operacionalização se dá por meio de monitores (estudantes universitários) que realizam as atividades.

Para a fiscalização do Mais Educação, as escolas, por delegação dos diretores, indicam um professor concursado de 40 horas da própria escola para coordenar o Programa na mesma, sem haver qualquer tipo de acréscimo ao seu salário. Pelas Portarias e Decretos que regulamentam o Programa, entendemos que os alunos que participam das atividades em contra-turno são em sua maioria com dificuldades de aprendizado ou distorção idade/série, porém aos seus pais fica a responsabilidade de os mesmo participarem do Programa ou não, pois as atividades, segundo as Portarias não são obrigatórias. Na cidade de São Gonçalo, os responsáveis dos alunos nessas situações são informados do Programa e aqueles que não quiserem que seus filhos participem do mesmo, assinam um termo de responsabilidade.

Em visitas as escolas do município percebemos que pelas atividades serem em contra-turno escolar, os alunos que estudam regularmente no turno da tarde, não compareciam as atividades do Mais Educação no turno da manhã e vice-versa.

Ou seja, existe o Programa, mas a sua legislação em caráter nacional deixa lacunas, o que acaba causando resultados ineficientes em consideração do que poderia ser.

Considerando problemas como esses, destacamos aqui algumas mudanças que nos parecem necessárias para que o Programa Mais Educação venha a apresentar um melhor desenvolvimento:

- Constituição de equipes profissionais comprometidas com o Programa para ministrá-lo. Isto implica que essas equipes não sejam constituídas predominantemente de trabalhadores temporários, como estagiários ou voluntários, mas de professores da rede pública de ensino em diversas áreas de conhecimento; no caso de não haver esses profissionais, disponibilizar

abertura de concursos para quem possui formação ou cursos de capacitação para quem não a possui.

- Que sejam desenvolvidas as condições e incentivos necessários à maior participação dos alunos no Programa, de modo a que este possa, progressivamente, ser entendido e vivenciado como parte orgânica – e não apenas suplementar – de toda a jornada de escolarização.

- Que as atividades pedagógicas do Programa possam trabalhar as dificuldades reais dos alunos, objetivando o processo de ensino-aprendizagem.

- Realização de reuniões pedagógicas mensais, onde possa haver uma troca entre os professores e os monitores do Programa, pois essa articulação e troca de experiência se faz necessária a partir do momento em que os monitores do Programa são estudantes universitários.

- E por último, divulgar o Programa Mais Educação e seus resultados na comunidade escolar, para que se obtenha uma cooperação e a participação da família nesse processo.

Observamos nas leis que a finalidade da educação é proteger o aluno, fazendo com que o mesmo possa ser preparado para o exercício da cidadania e a participação no mundo do trabalho. Mas para que isso ocorra, no entanto, todos devem estar comprometidos com a educação – Estado, sociedade e família – tal como previsto na própria Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Constituição Federal, Art. 205, 1988).

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola pública e pobreza no Brasil: A ampliação para menos*. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2009.

BOMENY, Helena. *A escola na Brasil de Darcy Ribeiro*. Revista Em Aberto, Brasília MEC-INEP, vol. 22, nº 80, abril. 2009, p. 109 a 120.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escola. 1. ed. Brasília, DF: MEC, 2008a.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Conselho Deliberativo. Resolução Nº 38, de 19 de agosto de 2008.

_____. Manual de Educação Integral para Obtenção de Apoio Financeiro Através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Brasília, 2009.

_____. Portaria Normativa Interministerial Nº-17, de 24 de Abril de 2007.

_____. Portaria Normativa Interministerial Nº-19, de 24 de Abril de 2007.

_____. Plano Nacional Educação. PDE, Lei nº 10.172, de 9 janeiro de 2011.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Texto Referência para o debate nacional. Série Mais Educação. Educação Integral. Brasília, DF, MEC, 2008b.

_____. Senado Federal. Constituição Federal. Brasília, DF. 1988.

CAVALIERE, Ana Maria. *Educação Integral: Uma nova identidade para a escola Brasileira*. Revista Educação e Sociologia, Campinas, Vol. 23, n. 81, dezembro. 2002, p. 247-270.

_____. Escolas de tempo *versus* alunos em tempo integral. Em aberto, Brasília, v.22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

COELHO, Lígia Martha C. Costa. *História (s) da educação integral*. In Velloso, Lucia Mauricio (org). Em Aberto, Brasília, v.22, n 80, p.83-96, abr.2009.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. *Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral*. Revista Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 15-31, abr. 2009.

NUNES, Clarisse. *Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral*. Revista Em Aberto, Brasília MEC-INEP, vol. 22, nº 80, abril. 2009, p. 121 a 134.

PACHECO, Suzana Moreira. Proposta Pedagógica Educação Integral: Elementos no debate necessário. Salto para o Futuro. Ano XVIII boletim 13 - Agosto de 2008, p. 03 a 10. Fonte: http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173859Edu_int.pdf

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3 ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SÉRIE MAIS EDUCAÇÃO. Texto Referência para Debate Nacional. Ministério da Educação, Brasília, 2009.

ANEXO A – Termo de Adesão e Compromisso do Monitor



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Educação Integral

Termo de Adesão e Compromisso

_____, _____, _____,
(Nome do(a) Monitor(a)) (Nacionalidade) (Estado Civil)
residente e domiciliado(a) no(a) _____,
(Rua/Avenida) (nº)
_____, _____, _____, _____ portador(a) do CPF n.º
(Complemento) (Bairro) (Cidade) (UF)
_____ carteira de identidade n.º _____, _____ / _____,
(Nº do CPF) (Órgão Expedidor) (UF)

pelo presente instrumento, formaliza adesão e compromisso em prestar, a contento, *serviço voluntário*, nos termos da Lei nº 9.608, 18 de fevereiro de 1988, na condição de **monitor** responsável pelo desenvolvimento de atividades de aprendizagem, culturais e artísticas, esportivas e de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade, voltadas à Educação Integral, em escolas públicas definidas em Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que dispõe, anualmente, sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), cômico de que fará jus ao ressarcimento das despesas com transporte e alimentação decorrentes da prestação do referenciado serviço e que tal serviço não será remunerado e não gerará vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

_____ / _____, _____ de _____ de 20____.
(Local) (UF)

(Assinatura do(a) Monitor(a))